

XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)

3 a 7 de Abril de 2009 - Montevideo – Uruguai

Eixo 8 - Movilidad de la población e identidad cultural

**A emergência da territorialidade e o processo
de re-significação caiçara: diálogos com a América Latina**

Alexandre de Oliveira Pimentel¹

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

1 - Introdução

Nas últimas décadas tem sido considerável a produção no meio acadêmico brasileiro sobre as chamadas *populações tradicionais*. Essa produção é significativa não só em termos numéricos, mas também na grande diversidade de abordagens e posicionamentos, revelando um campo de disputas ainda longe de se chegar a um consenso, ou minimamente a alguns acordos que permitam um diálogo mais próximo entre essas diferentes concepções². A maior parte dessa produção dedica-se, como no contexto internacional, aos conflitos resultantes do estabelecimento de áreas naturais protegidas em terras tradicionalmente ocupadas por essas populações (Almeida, 2004).

Parte significativa dos trabalhos trata também do estudo dos processos de desterritorialização e/ou de re-significação dessas populações em novos contextos sócio-espaciais, que envolvem novos e antigos conflitos. Entre os mais diferentes motivos e agentes apontados como responsáveis por esses conflitos aparecem: a grilagem de terras; a especulação fundiária/imobiliária e o turismo; e o estabelecimento pelo Estado de um modelo de conservação centrado em unidades de uso restritivo.

No Brasil, tradicionalmente, a maior parte dos estudos priorizou as populações indígenas. Mais recentemente, desde o final da década de 1980 - fruto de articulações entre essas populações e outros sujeitos políticos - crescem também os estudos sobre *comunidades remanescentes de quilombos* e sobre *populações extrativistas da Amazônia*. Entretanto, sob diversos aspectos, olhares e motivações, é visível também o crescimento da produção específica que trata das chamadas *populações caiçaras* e de seus modos de vida.

No presente artigo pretendemos analisar a emergência das populações caiçaras no cenário regional e nacional, abordando alguns de seus processos de re-territorialização e de re-significação enquanto grupo social. Entendemos que essa desinvisibilização não ocorre de forma isolada, e embora com características específicas, possui paralelos com casos semelhantes em outros países latinoamericanos (como Equador, Colômbia, Venezuela, Bolívia, México, Guatemala e Panamá), onde temos assistido à explosão de conflitos envolvendo processos de afirmação e re-significação de outras populações e grupos tradicionais locais.

² Ao contrário de Vianna, que defende uma “conceituação mais precisa” para “população tradicional” (1996 e 2008), Filho considera que “trata-se de um construto ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu emprego (2006:125).

2 - A emergência da territorialidade e o processo de re-significação caiçara

O antropólogo Antônio Carlos Diegues, principal referência na pesquisa de populações litorâneas no Brasil, em pesquisa elaborada com Arruda, define:

“Entende-se por caiçaras aquelas comunidades formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caiçaras têm uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, de pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Alguns autores (...) afirmam que as comunidades caiçaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001:42).

Os caiçaras residem tradicionalmente em áreas de encontro entre os mares e a mata (estuários, mangues, restingas e lagunas), especificamente a Mata Atlântica. Sua cultura e modos de vida são marcados de saberes associados ao tempo e aos ciclos da natureza. “Essa tradição, herdada dos antepassados, é constantemente re-atualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade. (...) Os saberes tradicionais sobre os seres do mar e da mata desempenham papel fundamental na construção de sistemas de manejo da natureza, muitos deles marcados por grande engenhosidade.” (Diegues, 2004)

Os estudos sobre a cultura e o modo de vida caiçara remetem ao início do século XX com Antonio Paulino de Almeida³. A partir dos anos 40 e 50 outros autores como Mussolini e Willems começam a realizar trabalhos considerados clássicos sobre comunidades litorâneas⁴. Nas décadas de 60 e 70, as mudanças causadas pelo avanço do turismo e da urbanização, despertam o interesse de outros pesquisadores e uma série de novos trabalhos começam a ser publicados. Entretanto é a partir dos anos 80 que percebe-se um aumento significativo do número de publicações sobre populações caiçaras e seus modos de vida. Nessas publicações mais recentes, destaca-se o interesse pelos impactos causados pelo turismo e os conflitos entre populações caiçaras e o modelo de conservação que privilegia unidades de uso restritivo.

³ Entre o início do século XX e a década de 1940, o autor citado publicou uma série de artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, especialmente sobre aspectos históricos de municípios do litoral sul paulista.

⁴ Em 1952 Willems publica “*The Buzios Island: a caiçara community in Southern Brazil*”, primeira obra a aprofundar o tema da cultura caiçara. (Diegues e Arruda, 2001: 44)

Junto com a especulação fundiária, o avanço predatório do turismo e a grilagem de terras, a instalação de uma série de unidades de conservação de uso restritivo nos territórios tradicionalmente ocupados por diversas comunidades caiçaras, alterou significativamente os modos de vida dessas populações. Essa visão limitada de conservação por parte do Estado brasileiro - devido à adoção de um modelo unidades de conservação baseado nos parques norte-americanos, onde a natureza é vista como *intocável* e onde é inconciliável a permanência das populações tradicionais (Diegues, 1996) - e das pressões dos movimentos ambientalistas de perfil conservador-preservacionista, é responsável por uma grande desorganização dos seus modos tradicionais de vida. Impedidos de realizar suas práticas cotidianas de reprodução simbólica e material, muitos núcleos foram desarticulados, gerando movimentos migratórios para a periferia de municípios próximos às suas antigas áreas de moradia, e sua conseqüente favelização.

Outra parcela também significativa dessas populações, no entanto, permaneceu residindo nessas unidades de conservação de uso restrito, o que causou um problema jurídico-político extremamente relevante na discussão sobre território. Pela legislação brasileira que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei 9.985 de 18 de julho de 2000), existem duas categorias de unidades:

- I - Unidades de Proteção Integral
- II - Unidades de Uso Sustentável

Ao contrário das unidades de uso sustentável, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as unidades de proteção integral não prevêm a permanência definitiva em seu interior de populações tradicionais. Apesar de alguns avanços nessa legislação ambiental, permanece o impasse: essas populações, quando consideradas pelo Estado como tradicionais – obviamente pelos critérios estabelecidos pelo próprio Estado – tiveram sua permanência momentânea flexibilizada, mas essa *concessão* não possui um estatuto legal de direito adquirido, podendo ser modificada de acordo com entendimento das autoridades ambientais.

Nos últimos anos, a mobilização e capacidade de articulação das populações locais com outros sujeitos/atores, como núcleos universitários, pesquisadores e algumas ONGs, tem havido um tenso processo de reclassificação de algumas unidades de proteção integral como unidades de uso sustentável, abrindo novas perspectivas de resistência.

Entendemos então essas populações, e especialmente suas representações políticas, como sujeitos fundamentais na construção de novas territorialidades e como parte de um processo de re-significação de uma identidade caiçara, que se reinventa na relação com o Estado, com as ONGs ambientalistas solidárias ou arredias às suas questões, com as associações culturais, universidades, e com outras populações tradicionais (não só os caiçaras, mas também indígenas, quilombolas, de faxinais, entre outras), redescobrimo fluxos interrompidos no passado, quando a circularidade entre as comunidades – em função do comércio, das festas religiosas e mutirões, principalmente – parece ter sido maior que a atual, por estranho que possa parecer.

A história de lutas das comunidades caiçaras tem sido capaz de estabelecer novas diretrizes, em um campo de forças permanente, de confrontos, avanços, retrocessos e apontamento de novos caminhos, em um processo que julgamos ímpar. A re-conceitualização e a conseqüente construção de uma identidade coletiva caiçara, estabelecidas na convivência política com outros mediadores, ajudou a construir uma auto-imagem positiva para essas populações, que possui uma importância estratégica fundamental na luta e no reconhecimento por seus direitos. A dissertação de MONTEIRO (2002) traz uma passagem extremamente importante, embora limitada, no entendimento da re-conceitualização do termo *caiçara* – que até pouco tempo aparecia nos dicionários como sinônimo de “vagabundo” e “malandro”⁵ – para estas comunidades:

“Se até poucos anos atrás não se auto-denominavam dessa forma [caiçaras], a adoção repentina desse nome passou a exigir certo zelo, cuidado e preocupação em relação ao uso e aos usos e significados a ele atribuídos. Entretanto, se o termo é impregnado de conotações pejorativas, por que sua adoção? A pergunta não é gratuita. Sua resposta exige o entendimento do contexto social e político mais amplo em que se situa a própria essência do movimento desses moradores: a adoção desse termo está diretamente vinculada ao debate que se trava da relação entre populações tradicionais e preservação ambiental, principalmente no âmbito do Vale do Ribeira. Significa dizer que esse grupo de moradores se afirma como caiçaras, na medida em que, nesse debate, são vistos e considerados como tal”.

Mais que uma aceitação passiva do conceito, como nos sugere o pesquisador, entendemos que essas populações têm um papel de destaque nessa re-significação identitária e nos demais processos que descrevemos acima. Esclarecemos que identidade é aqui entendida não como um essencialismo que congela o passado, mas como algo em constante movimento, ou como *processos de identificação* (HALL, 2000), ou ainda de re-significação. Desta forma pretende-se entender a relação territorialidade/identidade como um processo perene de re-construção e re-significação territorial mediado por práticas espaciais elaboradas pelos sujeitos envolvidos. Como as identidades são estabelecidas na relação com o *outro*, é na esfera da política (relações de poder), de seus embates, nas suas lutas cotidianas, no contato com esses outros é que essas identidades territoriais se constituem, e onde ganham uma dimensão estratégica.

Traçando aqui um paralelo entre a re-significação caiçara e a construção de um conceito de populações tradicionais, entendemos que o segundo, visto como idealizado e romântico por uns, generalizante e/ou etnocêntrico por alguns, é também considerado estratégico por outros, que buscam em sua afirmação concentrar uma força-identitária capaz de potencializar a luta dessas diversas populações na busca comum de reconhecimento e direitos.

⁵ A esse respeito, pudemos observar nas pesquisas realizadas ao longo do projeto Museu Vivo do Fandango, no litoral sul de SP e norte do PR, a resistência de algumas pessoas mais velhas em se autodenominar caiçara, exatamente em função da carga pejorativa que a expressão carregava para eles, enquanto o termo era amplamente utilizado pelos mais jovens para designar grupos, associações, ou a si próprios.

Através de nossa participação em projetos culturais e de pesquisa com essas populações caiçaras – do litoral sul do Rio de Janeiro ao litoral norte do Paraná – estabelecemos uma rede de contatos que nos autorizam a afirmar estar havendo um processo de re-significação caiçara, de auto-identificação positiva como grupo, e de uma conseqüente articulação política como movimento social. Embora em outra escala, a compreensão desses processos é uma das questões centrais que vimos trabalhando nessa temática em nossa dissertação de mestrado, “Caiçaras da Juréia: desterritorialização e re-significação”, através do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves.

3 - Caiçaras da Juréia: um estudo de caso

“Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo seu espaço, seu habitat, seu território. (...) O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação sociedade e natureza”. (Porto-Gonçalves, 2006:163)

Desde meados do século passado as populações tradicionais caiçaras residentes na região da Juréia – localizada no Vale do Ribeira, litoral sul do estado de São Paulo – vêm sofrendo um violento processo de expulsão de seus lugares de vivência. Inicialmente a grilagem de terras; depois a anunciada instalação de duas usinas nucleares pela Nuclebrás (Iguape 4 e 5); a ameaça da especulação imobiliária de construção de um mega-condomínio e, finalmente, a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (em 1986), seqüencialmente, vêm contribuindo para a expulsão dos antigos moradores e criando enormes dificuldades aos que lá permaneceram residindo.

Uma parcela significativa de antigos moradores viu-se obrigada a migrar para bairros da periferia de municípios como Iguape, Peruíbe e Registro. Nesses novos lugares, a tentativa de manutenção ou mesmo de reconstrução de seus modos de vida é extremamente precária, principalmente devido à desvinculação de formas de trabalho e sociabilização, mas também demonstra a capacidade dessas populações de se reinventar ou re-significar. Outra parcela também significativa dessas populações, no entanto, permaneceu residindo na Estação Ecológica, unidade de uso indireto que possui uma das legislações mais restritivas à circulação e permanência de pessoas e, principalmente, de qualquer atividade, mesmo de subsistência.

“§ 1o O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (...)”

Art. 8o O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica (...)

Art. 9o A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1o A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4o Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares” (MMA, 2000).

A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, estruturada de forma rápida para evitar uma corrida especulativa sobre a área com a perda dos direitos de uso da área pela Nuclebrás, acabou instituindo um modelo unifuncional de dominação do território (HAESBAERT, 2004), que demonstrou ser inadequado para a região.

Recentemente, fruto de inúmeras tensões e da mobilização e capacidade de articulação das populações locais, foi criado o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins (Lei Estadual 12.406/2006), com a reclassificação de algumas áreas da Estação Ecológica como Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Refúgios Estaduais de Vida Silvestre e Parques Estaduais. Essa reclassificação abre novas perspectivas de resistência, numa luta de mais de 20 anos das populações tradicionais da Juréia.

A recente reclassificação da Estação Ecológica, e a constituição do Mosaico de Áreas Protegidas da Juréia-Itatins, acompanhada da reconfiguração de algumas áreas vem acirrando conflitos entre correntes preservacionistas, que defendem o modelo de unidades de conservação de proteção integral, adotado até o momento, e a defesa dos direitos das populações tradicionais residentes na Juréia, que defendem o direito a reprodução material e simbólica de sua cultura, buscando compatibilizar o uso sustentável dos recursos do território com a conservação do conjunto de ecossistemas locais. Dauro Marcos do Prado, presidente da União dos Moradores da Juréia (UMJ) e um dos fundadores da Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), nos dá um exemplo de como essas populações estão cada vez mais cientes de seus direitos e de suas estratégias para o futuro.

“No momento, o objetivo da AJJ é a permanência das comunidades na Juréia, tanto daqueles que estão lá, quanto daqueles que saíram. Saíram por força maior, por uma expulsão do governo, de não ter, de não darem o direito das comunidades de ficarem lá e continuarem com a sua cultura, o seu conhecimento. Então um dos motivos [de criar a Associação] foi a manutenção das comunidades nas terras dos nossos pais e a continuação da cultura caiçara, dos saberes e de um conhecimento que a comunidade tem, sobre a floresta, sobre o mar, sobre a pesca, sobre várias coisas que estão se perdendo. Se a gente não dá essa continuidade a esses jovens, esses jovens vão ter uma outra cultura, um outro conhecimento, não vão ter o conhecimento que tem da natureza, de como manejar a floresta, de quais as árvores que prestam pra fazer a viola, pra fazer a rabeça, quais as árvores que são frutíferas, onde é bom fazer a roça, qual é o horário bom de pescar, qual é a lua boa de pescar, que vento é bom de pescar, que época é bom de pescar, que época é bom de caçar. Tudo isso são conhecimentos adquiridos lá na mata, junto, passado de pai para filho, e essas coisas foram se perdendo.” (Pimentel, Correa e Gramani, 2006)

Grande parte das matas preservadas no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, são na verdade áreas domesticadas por essas populações que, mesmo as ocupando por mais de 300 anos, conservaram - pelo baixo impacto de seus modos de vida e técnicas de manejo - a região como a mais florestada de toda a Mata Atlântica. Não se trata de defesa dessas populações como *“bons selvagens”* (ADAMS, 2000), como desqualifica a crítica simplista do ambientalismo conservador, mas como nos propõe Enrique Leff (2006), trata-se de estabelecer com elas um diálogo de saberes, de reconhecer diferentes matrizes de racionalidade para que seja possível um novo paradigma ambiental, onde não somente a tradição seja re-significada, mas também as próprias concepções de natureza e de preservação. Esse diálogo, embora ainda difícil, já vem sendo estabelecido por algumas entidades como núcleos universitários, associações culturais e de pesquisa e mesmo de uma parcela do Estado. Entretanto, parte significativa das Ongs conservacionistas, têm ainda demonstrado uma enorme insensibilidade e fechamento para esse diálogo, em uma sintonia absoluta com a política atual das grandes Ongs transnacionais conservacionistas, que vêm nos movimentos de lutas das populações tradicionais por seus territórios uma ameaça aos seus interesses. (Diegues, 2008)

4 – Diálogos com a América Latina

A emergência das populações tradicionais no Brasil e, mais especificamente como foco deste artigo, das populações caiçaras, não ocorre de forma alguma isolada. Além de todas as questões internas apresentadas e de outras que não teríamos tempo para discorrer, este fenômeno não se desvincula das emergências de outras populações locais, autóctones, tradicionais, nativas (*indigenous people*), ou seja qual for o nome que se adote em outras partes do mundo, especialmente na América Latina e Caribe, onde são inúmeros os casos de resistência aos processos de homogeneização de uma globalização totalizante (ou “*globalitarismo*”, como nos propõem Boaventura de Souza Santos e Milton Santos). O termo *r-existência*⁶, adotado por Porto-Gonçalves (2006:165), também nos parece bastante adequado para tratar dessas populações e de seus conflitos.

Embora com características específicas, podemos claramente apontar paralelos com casos semelhantes em outros países latinoamericanos (como Equador, Colômbia, Venezuela, Bolívia, México, Guatemala e Panamá), onde temos assistido à explosão de conflitos envolvendo processos de afirmação e re-significação de outras populações e grupos tradicionais locais. Em grande parte desses países, os conflitos se dão pois os territórios tradicionalmente ocupados por essas populações, antes desvalorizados - “áreas longínquas, de difícil acesso, ou desconectadas dos circuitos mercantis principais” (Porto-Gonçalves, 2006:166), em uma determinada conjuntura de exploração do capital - tornaram-se, estratégicos “do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas com grande diversidade biológica, água, energia e, mesmo, áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, são as áreas tropicais” (2006:166). Mais adiante o autor aponta ainda os enormes depósitos de recursos energéticos, como no caso do gás boliviano, do petróleo na Amazônia peruana e equatoriana, na fronteira da Colômbia com a Venezuela, assim como no México (2006:167).

Essas áreas têm sido apontadas e nomeadas pelo capital como “vazios demográficos”, ou “desertos”, numa estratégia dissimulada para invisibilizar ainda mais suas populações. Essas populações subalternizadas, por sua vez, têm cada vez mais exclamado seus gritos, afirmando sua existência, suas outras racionalidades, e mantendo vivo o sonho de que um outro mundo é possível.

Neste breve artigo não tivemos a intenção de mapear essas outras emergências latinoamericanas, que trazem novos sujeitos políticos e novos conflitos para a cena. Propusemos apenas apontar a necessidade de um diálogo entre os vários estudos que se vem fazendo a respeito dos conflitos que envolvem essas populações, o que pretendemos aprofundar em um próximo trabalho.

⁶ O autor aponta que, mais que resistência (sentido reativo a uma ação anterior), *r-existência* significa afirmar uma forma de existência, uma determinada matriz de racionalidade, a partir de um lugar próprio, tanto geográfico, como epistêmico.

Bibliografia

ADAMS, C. 2002. *Identidade caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental*. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras convidadas do Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses P. de Albuquerque (org.). Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. Disponível em <http://www.ufmt.br/gpea/pub/Adams_2002_Identidade%20Cai%20E7ara.PDF> Acessado em 08 de maio de 2007.

_____. 2000. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. Scielo – Revista de Antropologia, vol.43, nº1. São Paulo. Disponível em <http://www.lead.org.br/filemanager/download/57/03a_txt_Adams.doc>. Acessado em 08 de maio de 2007.

ALIMONDA, H. 2006. *Paisajes de Volcán de Água: aproximación a la Ecología Política latinoamericana*. In: Parreira, C. e Alimonda, H. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré.

ALMEIDA, A.W.B. de. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol.6 N.01.

ARAUJO, F.G.B. de e HAESBAERT, R. 2007. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro. Acess.

BARTRA, A. 2007. *Marginales, polifônicos, transhumantes: los campesinos del milenio*. In: Fernandes, B.M., Marques, M.I.M. e Suzuki, J.C. (orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder. Série Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular.

CANDIDO, A. 2001. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades - Ed. 34.

DIEGUES, A.C. 2008. *A Ecologia Política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: NUPAUB/USP

_____. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec – NUPAUB/USP.

_____. 2004. *Enciclopédia caiçara* (vol. I). São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. S. V. (orgs.). 2001. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA; São Paulo: NUPAUB/USP.

DIEGUES JUNIOR, M. 1960. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: CBPE.

FILHO, E.T.B. 2006. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C., MURRIETA, R. e NEVES, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume.

GERHARDT, C. H. 2008. *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais): Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HALL, S. 2000. *Quem precisa da identidade*. In: SILVA, T.T.da S. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

HAESBAERT, R. 2007. *Território e multiterritorialidade: um debate*. In: GEOgraphia - Revista da Pós-graduação em Geografia da UFF, ano IX – nº17. Niterói, UFF/EGG.

_____. 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. 2001. *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

LEFF, E. 2006. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LITTLE, P. E. 2006. *Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB. (impresso)

_____. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia nº322 Brasília: UnB. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acessado em 10 de Agosto de 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 01/10/2007.

MONTEIRO, A. R. A. 2002. *Depois do meio ambiente: mudança social em uma unidade de conservação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia/IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MUSSOLINI, G. 1980. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PIMENTEL, A., CORREA, J. e GRAMANI, D. (orgs.). 2006. *Museu Vivo do Fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé.

PORTO-GONÇALVES, C.W. 2001. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México DF: Siglo XXI.

_____. 2002. *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In: SANDER, E. y CECEÑA, A.E. (orgs.). *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso.

_____. 2003. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina*. In: SEOANE, J. (org.). *Movimientos sociales y conflicto em América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

_____. 2006. *A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. In: CECEÑA, A.E. (org.). *Los desafios de emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso.

RIBEIRO, D. 2006. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

VIANNA, L.P. 2008. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume - Fapesp.

_____. 1996. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto de unidades de conservação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

WILLIEMS, E. e MUSSOLINI, G. 2003. *A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil*. São Paulo: Hucitec – NUPAUB/USP.